



## **Marcas discursivas liberais no noticiário de *O Globo*: a cobertura sobre a proposta de reforma constitucional venezuelana de 2007<sup>1</sup>**

Paulo Roberto Figueira Leal<sup>2</sup>  
Gláucia da Silva Mendes<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

### **Resumo**

Partindo do pressuposto de que os discursos (inclusive os jornalísticos) são sempre perpassados por valores ideológicos socialmente motivados, o presente artigo almeja analisar a quais formações discursivas se remete a cobertura política do jornal brasileiro *O Globo* sobre o governo Hugo Chávez. Com base na hipótese de que, ao longo da história da imprensa, as marcas discursivas associadas à ideologia liberal são predominantes, realiza-se aqui a análise do discurso construído pelo jornal sobre Chávez no período de discussão da proposta de reforma constitucional venezuelana de 2007. Busca-se a evidenciação, nos textos, do modo como se articulam discursivamente essas valorações ideológicas de matriz liberal.

### **Palavras-chave**

jornalismo; ideologia liberal; governo Hugo Chávez

### **1- Introdução**

A natureza discursiva assumida pela produção noticiosa faz com que o jornalismo compartilhe uma característica intrínseca a qualquer variante de linguagem: o seu caráter ideológico (FIORIN, 2004). Em vez de um retrato fiel da realidade – como sustenta, por exemplo, a teoria do espelho (TRAQUINA, 2005) -, a cobertura jornalística é marcada, assim como toda e qualquer forma de expressão linguística, pela manifestação de valores - hegemônicos ou não - e visões de mundo.

Muito mais do que o resultado de escolhas individuais, as ideologias que perpassam as enunciações emanam, até inconscientemente, do seio social, da realidade na qual os indivíduos/as organizações se inserem (FIORIN, 2004). Neste contexto, o

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à Divisão temática de Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política (IUPERJ) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Autor dos livros *Identidades políticas e personagens televisivos* (Editora Corifeu, 2007), *O PT e o dilema da representação política* (Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005) e *Os debates petistas no final dos anos 90* (Editora Sotese, 2004).

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação e jornalista, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



presente trabalho sustenta que os meios de comunicação de massa contemporâneos, originados de uma constante simbiose entre mídia e liberalismo, produzem com frequência noticiários calcados em marcas discursivas que majoritariamente remetem à ideologia liberal.

Para averiguar, num caso específico, como se articulam os discursos de matriz liberal e seus respectivos valores ideológicos numa cobertura jornalística, realiza-se aqui uma análise do discurso construído pelo jornal brasileiro *O Globo* acerca da projeto de reforma constitucional venezuelana de 2007, no período de maior discussão da proposta (entre 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007).

Em virtude do caráter nitidamente anti-liberal assumido pelo governo Hugo Chávez (desde sua ascensão ao poder, o presidente venezuelano vem adotando uma série de medidas contrárias aos princípios liberais, como a ampliação do escopo do Estado e a estatização de setores econômicos), pressupõe-se aqui a presença, no noticiário de *O Globo* relativo às propostas de alteração constitucional, de críticas assentadas sobretudo em valores e argumentos liberais. Tais pressupostos se ancoram numa perspectiva próxima à de Habermas (1984), que historia as umbilicais relações entre as ideias liberais e a constituição da imprensa estruturada empresarialmente.

## **2 - As relações entre imprensa e liberalismo sob a perspectiva habermasiana**

Um trabalho que pretenda avaliar – como aqui se fará – a presença de marcas discursivas liberais na cobertura de veículos de comunicação contemporâneos não pode prescindir de uma abordagem histórica. Vista não a partir dos elementos conjunturais relativos às preferências ideológicas de um ou outro específico veículo, mas sim das profundas simbioses que historicamente se deram entre os meios de comunicação e os valores liberais, a questão específica do presente artigo pode ser tratada a partir de bases mais consistentes.

Nesse sentido, um autor é inescapável: Jürgen Habermas. Em sua clássica obra *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada originalmente em 1962 (a edição brasileira é de 1984), ele desnudou as relações entre os dois campos, que foram basilares para o desenvolvimento tanto da imprensa quanto do liberalismo. A gênese desta associação se deu no contexto dos estertores do Antigo Regime, no século XVIII,



num período de grande intensificação da atividade mercantil e, portanto, de incremento também da circulação de informações econômicas:

Assim, as informações que chegam à publicação pertencem ao rebotalho do material noticioso em si disponível; precisa ser igualmente explicado por que ele agora chega a ser difundido e tornado genericamente acessível, ou seja, tornado público. (HABERMAS, 1984, p.35)

Os veículos adquiriram uma maior importância à medida que passaram a também publicar decretos do poder público. Mas não se pode dizer que estas notícias atingissem uma grande quantidade de pessoas. Pelo contrário, “[...] comumente, ela não atinge, assim, o ‘homem comum’, mas, se muito, as ‘camadas cultas’” (HABERMAS, 1984, p.37). “Camadas cultas” fazem aqui referência a uma população predominantemente burguesa, com origem na burocracia estatal ou no mundo do comércio.

A conjugação das informações mercantis e das informações sobre o Estado mudou a forma como ambas as partes compreendiam o relacionamento de uma com a outra. É neste contexto que Habermas vê surgir a *esfera pública burguesa*:

[...] esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (...) Os burgueses são pessoas privadas; como tais, não “governam”. Por isso, as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração do poder que deveria [ser] “compartilhado”; muito mais eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal. (HABERMAS, 1984, p.42 e 43)

Inicialmente, o ciclo de discussões ocorreu em torno de uma esfera pública literária, e não propriamente política. Ela encontrava espaço nos cafés, onde as discussões avançavam sobre a arte e a literatura, encontrando grande força nas opiniões expressas nos primeiros veículos impressos, que nesta época começavam a circular. Ali instituiu-se o julgamento leigo sobre o teatro, a música e a pintura. Pressupunha-se, na participação no debate, uma igualdade de status, que eliminava supostas diferenças que nobreza ou riqueza trariam.



Este processo fez com que aumentasse o consumo dos produtos culturais e de arte, criando para estes um “público consumidor”. Os críticos especializados dos cafés e dos jornais opinativos reivindicavam-se, em relação ao grande público, o papel de “seu porta-voz, talvez até mesmo seu educador” (HABERMAS, 1984, p.53).

Aos poucos, o público dos cafés tornou-se também crítico da política e da economia do país. Seu primeiro foco foi o controle dos desmandos da monarquia absolutista. “A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil” (HABERMAS, 1984, p.69). A burguesia desenvolvia então um pensamento político para se “auto-afirmar”, ou melhor, para afirmar seus interesses. A exigência básica era a tese de que leis abstratas e genéricas, pautadas na opinião pública, constituíam a única fonte legítima do poder.

Desde então, a opinião pública surgiria como fonte legitimadora de toda e qualquer decisão sobre o Estado. Caracterizada como *o senso do povo, a voz comum* ou mesmo de *o espírito público*, ela passaria a ser assediada pelas diversas correntes de interesse e partidos de então, como forma de se garantir respaldo para a posição de cada um destes. Os jornais também adquiriram suma importância, constituindo-se em num dos principais veículos de crítica ao poder público. De toda maneira, a opinião pública convertia-se em elemento fundamental para todo posicionamento político.

Foi a partir da imprensa que se deu a reestruturação da esfera pública. Apagava-se, por meio dela, a delimitação entre esfera pública e privada: “Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 214). Tornavam-se assim um instrumento para a inserção das pessoas no mundo da política.

Uma imprensa que se desenvolvia a partir da politização do público e cuja discussão ela apenas prolongava continuou a ser por inteiro uma instituição deste mesmo público: ativa como uma espécie de mediador e potencializador, não mais apenas um mero órgão de transporte de informações (HABERMAS, 1984, p. 215-216).

As inovações técnicas não foram a única novidade pela qual passou a imprensa naquele momento. Assumindo-se enquanto mercadoria, ela ingressara no mundo da circulação comercial. Agora, não se vendiam propriamente jornais, mas informações e opiniões, objetos de interesse do público consumidor. A seguir, mediante o estabelecimento do Estado burguês de Direito, a imprensa pode definitivamente assumir seu papel de instituição de crítica e ao mesmo tempo “assumir as chances de lucro de uma empresa comercial” (HABERMAS, 1984 p. 216).



Jornais tornavam-se, assim, empreendimentos comerciais, cuja parte vendável alicerçava-se nas notícias e opiniões. Os anúncios surgiam como uma outra forma de a imprensa conseguir dinheiro com seu produto: “[...] o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la” (HABERMAS, 1984 p. 217).

À medida que a esfera pública é, porém, tomada pela publicidade comercial, pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público. Nisso, por certo, a comercialização da imprensa vai de encontro à metamorfose da esfera pública em um meio da propaganda. (HABERMAS, 1984 p. 221)

A partir deste momento, a publicidade passou a ter cada vez mais importância e participação dentro do aparato midiático. E isso ocorreu sem que houvesse uma completa separação entre os interesses privados, sejam econômicos ou políticos, e a área do jornalismo: “[...] não chegou a se formar uma tal esfera pública economicamente separada da esfera pública política, uma esfera pública jornalístico-publicitária de privilegiados interesses privados esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos” (HABERMAS, 1984 p. 225).

Estabeleceu-se, assim, uma inevitável imbricação entre os valores ideológicos burgueses – manifestados no corolário liberal – e a construção de conceitos especialmente caros à imprensa, dentre os quais se destacaria o direito à liberdade de imprensa (entendido, em grande medida, como o direito à crítica ao Estado pré-burguês). Na origem da imprensa, o ideário liberal não constituiu uma corrente de pensamento dentre outras – constituiu, na verdade, a corrente de pensamento que vertebrou os processos de emergência e consolidação dos meios de comunicação de massa, como hoje os conhecemos.

### **3 - Mídia oligopolista e valores liberais**

A estreita relação entre valores liberais e imprensa, que perpassa os primeiros momentos da história dos meios de comunicação de massa, é perceptível também na atual conformação assumida pelo setor em decorrência de recentes transformações sócio-econômicas.



O advento da doutrina neoliberal e a intensificação do processo de globalização, ocorridos entre as décadas de 70 e 80, alteraram a configuração do setor mundial de comunicações, abrindo caminho ao estabelecimento de parcerias interempresariais e à realização de investimentos em nível mundial. “No decorrer dessa reorganização, o setor de publicidade e dos meios de comunicação transformou-se no domínio das novas redes de agências com dimensões planetárias [...], assim como o pedestal dos novos grupos multimídia” (MATTELART, 1994, p.249).

O alargamento do mercado global das comunicações foi impulsionado por dois princípios: a concentração oligopolista em setores de ponta, como rádio, televisão, mídia impressa e TV por assinatura; e a acentuação do processo de internacionalização da mídia. A combinação das duas variáveis resultou na formação de grandes conglomerados de mídia, por vezes originados de alianças internacionais (MORAES, 1998).

Apesar de possuírem formas e metas específicas, os conglomerados de mídia constituídos nesse processo partilham o mesmo objetivo: todos visam ao fortalecimento de seus integrantes.

A formação de blocos interempresariais consolida-se como recurso para se competir em posição de força. Os acordos mesclam estoques de munição financeira e *know-how* tecnológico que nenhuma firma, isoladamente, teria condições de mobilizar e garantir. (MORAES, 1998, p.59)

Se, por um lado, a constituição de redes midiáticas dessa natureza desponta como uma estratégia de fortalecimento das grandes empresas do setor, por outro, ela dificulta a emergência e a sobrevivência de outras organizações no ramo e, assim, compromete a pluralidade de visões sobre o mundo: “a concentração e a conglomeração deitam raízes, dificultando cada vez mais o equilíbrio de forças no campo da comunicação e, por extensão, a pluralidade de visões de mundo que emergiria com fontes informativas descentralizadas” (MORAES, 1998, p. 105).

A consequência dessa reconfiguração do setor é, portanto, a potencialização de um ambiente propício à difusão de informações midiáticas calcadas na visão de mundo que mantém a ordem hegemônica, de matriz liberal:

A chamada grande mídia fabrica o consenso sobre a superioridade das economias abertas, insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais [...] o avanço do neoliberalismo no terreno ideológico-cultural repousa, em larga medida, na capacidade demonstrada pelas



indústrias de informação e entretenimento de operar como máquinas produtivas que estruturam, simbolicamente, o capitalismo sem fronteiras. A mídia passa a ocupar posição destacada no âmbito das relações produtivas e sociais, visto que é no domínio da comunicação que se fixa a síntese político-ideológica da ordem hegemônica (MORAES, 2003, p. 188).

A simbiose estabelecida entre os valores liberais e os meios de comunicação desde os primórdios da imprensa é, deste modo, revigorada na atualidade por processos que intensificam o caráter empresarial da mídia – e, por conseguinte, o imbricamento entre interesses privados e jornalismo descrito por Habermas (1984).

### **Marcas discursivas liberais no noticiário de *O Globo***

Com a finalidade de evidenciar a persistência dos valores liberais como *a* ideologia de fundo dos meios de comunicação de massa contemporâneos, empreende-se a seguir a análise do noticiário produzido por um veículo representativo da mídia marcada pelo viés oligopolista: o jornal *O Globo*, integrante do maior conglomerado de mídia brasileiro e um dos maiores da América Latina - as Organizações Globo (MORAES, 1998).

Estabelece-se como foco desta observação a cobertura realizada pelo veículo sobre o governo Hugo Chávez no momento de discussão do projeto de reforma constitucional venezuelana de 2007. O recorte empírico abarca o período compreendido entre as datas de aprovação da proposta pelo Congresso venezuelano e de sua votação em referendo nacional – respectivamente, 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007.

Tendo em vista a finalidade de desvelar os valores ideológicos que perpassam a cobertura jornalística, o estudo ora empreendido adota como metodologia a análise do discurso - dispositivo teórico-analítico que procura entender o texto em relação ao seu contexto de produção -, especialmente os fundamentos conceituais e as categorias analíticas da escola francesa (AD) e da análise crítica do discurso (ACD).

A perspectiva francesa, que nasce da interseção entre Linguística, Marxismo e Psicanálise, concebe o discurso como um processo que se desenvolve sobre a base material da língua – o sistema linguístico - e se inscreve em relações ideológicas (PÊCHEUX, 1988). Logo, a produção de sentidos é vista por ela como o resultado da articulação de aspectos linguísticos e ideológicos.



Segundo a AD, os sujeitos são submetidos a estruturas de produção discursiva de naturezas social e linguística. Uma delas é a formação ideológica, entendida como um “conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe mais ou menos em conflito umas com as outras” (HAROCHE et al., 1975 *apud* ORLANDI, 2006, p.18).

A formação ideológica materializa-se no discurso por intermédio da formação discursiva, sendo esta definida como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina [...] *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988: 160). Em outros termos, uma formação discursiva veicula determinada ideologia em um discurso imbuindo palavras, expressões, proposições etc de significados atrelados à posição sustentada – que variam, portanto, de uma formação ideológica para outra.

Para potencializar a capacidade de identificação das regularidades discursivas inerentes a essa categoria, propõe-se aqui observá-la em articulação com um instrumento analítico proposto pela ACD: as intertextualidades manifestas, as construções textuais realizadas a partir da citação explícita de fragmentos de outros textos (FAIRCLOUGH, 2001). Acredita-se que tal procedimento possibilitará a apreensão das formações discursivas das notícias que se encontram ocultas na voz de terceiros, seja porque o jornalista se utiliza da visão da realidade e das expressões da fonte ou porque ele se vale de declarações de outros sujeitos sociais para materializar discursivamente as idéias do veículo (MACHADO; JACKS, 2001).

O efeito de transparência da linguagem que alimenta a imagem do jornalismo como espelho e não como co-construtor da realidade, produzido em parte pelas formações discursivas, será desnudado na análise a seguir a partir da identificação de silêncios constitutivos, de escolhas semânticas que, realizadas em detrimento de outras, imbuem os acontecimentos de significados precisos (ORLANDI, 2007).

Auxiliará nesta tarefa uma categoria da análise crítica do discurso: a coerência textual, as ligações estabelecidas entre as diversas partes constituintes do texto, com o propósito de produzir sentidos (FAIRCLOUGH, 2001). A identificação dos investimentos semânticos que ela requisita ao interlocutor para produzir significados possibilitará a captação dos sentidos proibidos de serem construídos no jornalismo a partir do emprego de adjetivos, expressões valorativas, construções irônicas, ambíguas etc (MACHADO; JACKS, 2001).





A análise da estrutura textual, das propriedades organizacionais do texto (FAIRCLOUGH, 2001) - outro procedimento proposto pela ACD -, também será aqui adotada. Por intermédio dela, verificar-se-á como a organização do texto jornalístico salienta, apaga e hierarquiza informações sobre um acontecimento, inserindo-as num quadro de tendências interpretativas (GOMES, 2004).

A aplicação desses referenciais conceituais e analíticos ao recorte empírico do presente trabalho evidencia que um dos sentidos majoritariamente associados ao governo Hugo Chávez pela formação discursiva do noticiário de *O Globo* é a violação de liberdades humanas, como as de natureza política. A idéia de transgressão de direitos como esses é evocada, por exemplo, na notícia “Chávez acusa ex-ministro da Defesa de traição” (CHÁVEZ ..., 2007).

Nela, o emprego das expressões “forte reação” e “acusar de traição” instaura um silêncio constitutivo que remete à idéia de uma posição intransigente do presidente venezuelano em relação à opinião emitida por seu ex-ministro da Defesa e amigo particular, Raúl Baduel, a respeito do projeto de reforma constitucional: “as críticas do ex-ministro da Defesa da Venezuela Raúl Isaías Baduel à reforma constitucional do país defendida pelo governo motivaram uma *forte reação* de Hugo Chávez. O presidente *acusou* ontem o militar reformado de *traição*”.

A suposta intolerância de Chávez para com posições políticas divergentes da sua é sugerida também por uma coerência textual: a contraposição entre a decisão do governo de não permitir marchas opositoras até o Palácio de Miraflores e a informação de que estudantes chavistas conseguiram realizar um ato de tal natureza, evocada pela junção dos seguintes fragmentos:

Na próxima segunda-feira, os estudantes [oposicionistas] pretendem fazer uma marcha até o Palácio de Miraflores, mas o governo já anunciou que *não permitirá manifestações* nos arredores da sede do Executivo. [...] Já os estudantes que apóiam a reforma *fizeram uma marcha* ontem pelo centro da capital e encontraram o caminho livre para finalizar a manifestação em frente ao Palácio de Miraflores. (ESTUDANTES ..., 2007).

Também a liberdade de expressão é apresentada no discurso de *O Globo* como um direito desrespeitado pelo Estado venezuelano, como atesta a notícia “Venezuela suspende debates sobre reforma” (VALENTE, 2007). Nela, a coerência textual constrói um percurso de significação passível de conduzir à interpretação de que a suspensão dos debates por parte do Conselho Nacional Eleitoral consiste em um cerceamento à liberdade de expressão do segmento opositor, destinado a favorecer o governo.



Tal sentido advém da conjugação das informações sobre os altos índices de audiência dos programas e o bom desempenho neles alcançado pela oposição, ao relato das reações do governo e da oposição à medida – respectivamente, positiva e negativa -, à assertiva oposicionista de que a medida é uma resposta ao medo do governo de o eleitor estar bem informado sobre o conteúdo da reforma constitucional, e à opinião de analistas, segundo a qual os debates seriam a melhor forma de os cidadãos se informarem, em função da parcialidade das mídias estatal e privada.

A saliência em um espaço de destaque no texto jornalístico é outro recurso que ajuda a construir tais sentidos. Na notícia “Chávez corta relações com Colômbia de Uribe” (GALENO, 2007b), a estrutura discursiva hierarquiza informações, atribuindo maior relevância aos resultados de um estudo que atestam a parcialidade dos meios de comunicação estatais, em detrimento daqueles que revelam a mesma atitude da mídia privada a favor da oposição.

A semelhança entre as duas posições, sugerida pelos dados que demonstram a adoção da mesma prática por ambas, é desfeita a partir do destaque, na linha fina – um espaço dedicado a aspectos relevantes de uma notícia -, apenas dos resultados referentes aos veículos do Estado: “Estudo mostra quase inexistência de propaganda do ‘não’ à reforma em TVs estatais”, afirma a linha fina.

A violação da liberdade de expressão por parte do governo é, ainda, indicada pelo veículo a partir de outro silêncio constitutivo: a evocação da idéia de cerceamento à liberdade de imprensa, realizada por intermédio da palavra “censura” na avaliação de que, com a alteração das normas relativas aos estados de exceção, “pode haver *censura* aos meios de comunicação” (APROVADA ..., 2007).

Outra garantia humana que *O Globo* sugere estar em suspensão na Venezuela é o direito à propriedade. Na notícia “Chávez ameaça tomar empresas de opositores” (GALENO, 2007c), o jornal realiza construções textuais que apresentam a transgressão a esse direito tanto como uma potencialidade quanto como uma realidade do país. A primeira se manifesta por intermédio do enunciado “Chávez *ameaçou tomar* as propriedades de empresários que fazem oposição a seu governo”.

Neste, a associação entre os verbos “ameaçar” - vinculado à idéia de perigo - e “tomar” - que caracteriza uma atitude como o apoderamento de bens de terceiros contra a vontade de seus proprietários e sem restituição de prejuízos – estabelece um silêncio constitutivo que suscita a idéia de que tal liberdade individual está na iminência de ser violada pelo governo.



A possibilidade de concretização desse risco é indicada pela coerência textual. O veículo se refere ao local no qual fora proferida a ameaça de Chávez nos seguintes termos:

A reunião ocorreu no salão de um dos hotéis mais tradicionais de Caracas, que durante décadas se chamava Hilton. Este ano, no entanto, o governo central assumiu o empreendimento, renomeando o local, que agora se chama Hotel Alba Caracas, numa referência à Alternativa Bolivariana para as Américas. (GALENO, 2007c)

Ao mencionar, neste fragmento, a transferência do hotel para as mãos do governo, o veículo acaba por estabelecer uma conexão entre a informação precedente – a ameaça do presidente à propriedade privada – e a atual – a mudança de proprietário do hotel –, possibilitando a interpretação deste último fato como a concretização das promessas presidenciais.

Essas marcas presentes na superfície textual de *O Globo* evidenciam que a formação discursiva hegemônica no noticiário materializa a formação ideológica liberal. Isto porque, ao se colocar como vigilante das liberdades, o jornal compartilha da concepção liberal, segundo a qual a liberdade é um bem humano supremo, inviolável, que deve se sobrepor a qualquer outra preocupação, como a promoção de uma maior igualdade entre os homens (BOBBIO, 2001).

A preponderância do valor da liberdade sobre o da igualdade na perspectiva liberal reflete-se no discurso de *O Globo* em referências a propostas de alteração constitucional motivadas pela alegada intenção de minimizar as desigualdades sociais. Estas associam as medidas chavistas à idéia de anacronismo, sugerindo que a primazia das fórmulas liberais consistiria no melhor caminho para a superação dos problemas venezuelanos.

Propalado especialmente por autoridades e fontes consideradas isentas, tal discurso manifesta-se, sobretudo, a partir do emprego de palavras e expressões que remetem à idéia de retrocesso. Atestam essa situação, por exemplo, as declarações do ex-presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, a respeito da alteração constitucional que levaria à perda de autonomia do Banco Central da Venezuela:

A Venezuela está, na verdade, *voltando à pré-história* da economia. Acaba com a autonomia precária que o BC tem. O BC passa a ser um apêndice do Ministério da Fazenda e do presidente. Isso vai prejudicar ainda mais a arquitetura macroeconômica da Venezuela, um país que já tem controle de preços e de câmbio e, mesmo assim, inflação alta (...)

A Venezuela está na *contramão* da história, do que vem ocorrendo nos últimos tempos, principalmente nos países democráticos. A tendência é criação de BCs independentes (GALENO, 2007d).

Além desses sentidos, a formação discursiva do jornal evoca reiterativamente a idéia de que as ações e as propostas de Chávez visam à ampliação das atribuições do Estado. Ele o faz instaurando silêncios constitutivos que sugerem o aumento do poder presidencial, na construção de sentenças como: “as alterações na Constituição *fortalecem ainda mais* o presidente, dando *amplos poderes* para interferir na economia e na política” (CHÁVEZ ..., 2007); “caso o presidente consiga vencer o referendo sobre seu projeto de reforma constitucional, *seu poder será ainda maior*” (FIGUEIREDO, 2007a).

Similares estruturas são encontradas em intertextualidades manifestas que fazem remissão a vozes oposicionistas. Estas acionam a mesma formação discursiva do veículo, na qual a reforma é vista como um meio para ampliar poderes do presidente. É o que atestam as escolhas semânticas presentes na ponderação dos estudantes de que a reforma “*aumentará a concentração* de poder nas mãos do presidente” (TIROS ..., 2007) e na avaliação atribuída à Igreja Católica, aos grupos estudantis, aos empresários e aos partidos de oposição, segundo a qual a reforma “*gera concentração* de poder nas mãos do presidente” (APROVADA ..., 2007).

Fontes supostamente isentas também suscitam esse sentido, como indicam as expressões presentes nas avaliações do economista venezuelano José Guerra, segundo a qual o Estado “*ganha poderes imensos* com a reforma constitucional” (GALENO, 2007a), e do professor titular de direito constitucional da Uerj, Luis Barroso, para quem o propósito da reforma é “*concentrar poder* numa só pessoa” (GALENO, 2007a).

Por sua vez, o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, emprega a palavra “apêndice” para se referir à condição do Banco Central da Venezuela em caso de aprovação da reforma, que, de entidade financeira autônoma, passaria a dependente do poder Executivo. Diz Langoni: “o BC passa a ser um *apêndice* do Ministério da Fazenda e do presidente” (GALENO, 2007d).

A idéia de ampliação do escopo do Estado também é evocada por construções que denunciam a situação correlativa: o desempoderamento da sociedade civil. O secretário-geral do partido Podemos e ex-aliado de Chávez, Ismael García, referencia-a estabelecendo silêncios constitutivos que remetem ao campo semântico da supressão de poder.



García avalia que “outra mudança importante será a criação de conselhos populares, conselho disso, conselho daquilo, e com isso *perderão poder* instituições importantes como as confederações empresariais e os sindicatos” (FIGUEIREDO, 2007c). O ex-ministro da Defesa, dissidente do chavismo, compartilha a mesma perspectiva quando exorta o povo a ir contra a reforma: “não deixem que lhes *tirem poder*” (FIGUEIREDO, 2007b).

Ao evocar, sob um tom negativo, o sentido de concentração/ampliação dos poderes do Estado venezuelano (especialmente do poder Executivo) e de um conseqüente e suposto desempoderamento da sociedade, a formação discursiva preponderante no noticiário assenta-se sob a idéia de Estado mínimo constitutiva da formação ideológica liberal, segundo a qual o poder do aparelho estatal sobre a sociedade deve ser restrito ao máximo, para garantir o exercício das liberdades – especialmente a econômica – dos atores sociais (BOBBIO, 2004).

### **Considerações finais**

Num ambiente no qual os meios de comunicação de massa assumam que oferecem à sociedade uma visão parcial da realidade – ou seja, em que enunciem explicitamente que há visões ideológicas a ancorarem seus discursos -, é absolutamente natural que veículos com formação ideológica à direita avaliem criticamente governos de esquerda, e vice-versa. Este é o caso, por exemplo, de numerosos países europeus, nos quais os jornais, por exemplo, alardeiam a seus leitores quais são suas preferências ideológicas.

Esta não é tradição da maioria dos veículos de comunicação brasileiros, que, ao contrário, enfatizam seus supostos atributos de neutralidade ideológica, política ou partidária. Este é o caso de *O Globo*, que, nas narrativas que produz sobre si mesmo, reiteradamente dá conta de estar aberto às múltiplas visões de mundo e valores ideológicos – sobretudo em seus noticiários, que se assentariam na realidade objetiva dos fatos e não nas opiniões ou preferências do jornal.

Deste modo, estudos que ofereçam evidências empíricas de que isto não ocorre efetivamente (e que explicitem quais são as formações ideológicas e discursivas a que se remetem os discursos produzidos pelos veículos e comunicação) podem constituir uma contribuição à explicitação dos limites do mito da objetividade-neutralidade jornalística ainda majoritário entre as instituições e os profissionais de imprensa.



O presente trabalho busca demonstrar, com base em evidências textuais analisadas à luz da metodologia de análise de discurso, o quanto marcas ideológicas muito antigas – como são as marcas liberais, vide sua longa relação com a imprensa – continuam a atravessar as narrativas jornalísticas contemporâneas. Não se trata aqui de avaliar se estas marcas têm ou não fundamento: isso decorre de juízos de valor ideológico que não cabem aqui.

Trata-se, apenas e tão somente, de apontar que a visão que milhares de leitores brasileiros de *O Globo* têm do governo Hugo Chávez, por exemplo, decorre menos de uma abordagem assentada no contraditório e mais na reiteração de chavões ideológicos que demonizam qualquer proposta política que se afaste do corolário liberal.

## Referências

APROVADA reforma de Chávez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 34.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo velho e novo. In: \_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CHÁVEZ acusa ex-ministro da Defesa de traição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 33.

\_\_\_\_\_. **Direita e esquerda**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2001.

ESTUDANTES pró e contra Chávez fazem protestos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 36.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FIGUEIREDO, Janaína. Um Congresso em busca de legitimidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2007a. Caderno O Mundo, p. 38.

FIGUEIREDO, Janaína. Aliado de Chávez diz que reforma é golpe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2007b. Caderno O Mundo, p. 30.

FIORIN, José Luís. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. (Série Princípios)

GALENO, Renato. O direito à propriedade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2007a. Caderno O Mundo, p. 43.

GALENO, Renato. Chávez corta relações com Colômbia de Uribe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2007b. Caderno O Mundo, p. 36.

GALENO, Renato. Chávez ameaça tomar empresas de opositores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2007c. Caderno O Mundo, p. 33.



GALENO, Renato. O polêmico fim da autonomia do Banco Central. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2007d. Caderno O Mundo, p. 21.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MACHADO, Márcia Benetti & JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/Pos/compos\\_gtjornalismo/doc/2001/machado\\_jacks2001.rtf](http://www.facom.ufba.br/Pos/compos_gtjornalismo/doc/2001/machado_jacks2001.rtf)>, Acesso em: 20 out. 2007

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Reccord, 2003.

\_\_\_\_\_. **Planeta mídia**; tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo**; história das idéias e das estratégias. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (Coleção horizontes da globalização).

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Unicamp, 1988.

TIROS em campus na Venezuela. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 33.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. v 1. Florianópolis: Insular, 2005a.

VALENTE, Leonardo. Venezuela suspende debates sobre reforma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 33.